ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO MPU/MUE CNMP
MP - CNMP
AGEMPU
AGEMPU

Jornal da AGEMPU

ANO XVII - EDIÇÃO Nº 15, BRASÍLIA, MARÇO/2023.

A luta em prol da Polícia do MPU

POLICIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPU

ENTREVISTA EXCLUSIVA COM OS COORDENADORES GERAIS

Raul Loureiro - Pág. 2
Wesley Resende - Pág. 6
Laercio Bernardes - Pág. 7

/AGEMPU
(61) 3223-6707
@AGEMPU_MP

RAUL LOUREIRO: "A REGULAMENTAÇÃO DA POLÍCIA DO MPU NÃO REGULAMENTARÁ APENAS MAIS UM PODER DE POLÍCIA."

No MPU desde 2007, aos 48 anos de idade e atualmente lotado no Setor de Diligências da Promotoria do Paranoá/ MPDFT, o Coordenador Geral da AGEMPU, Raul Loureiro Lopes Neto, relembra histórias e vitórias da associação ao longo dos anos e defende o retorno do diálogo com a administração.

QUAL SUA PERSPECTIVA EM RELAÇÃO A POLÍCIA DO MPU?

Inicialmente, é importante ressaltar que a Polícia Institucional do MPU não é e nem possui atribuições de Polícia Judiciária, trabalho realizado pela Polícia Federal e Polícias Civis; tampouco se confunde com a Polícia de Ordem Pública, papel exercido pelas Polícias Militares. A Polícia do MPU é uma polícia exclusivamente institucional, criada para proteger os membros do MPU na realização do seu mister, seus servidores e patrimônio.

O atual Procurador-Geral da República, em uma atitude pioneira, está deslocando a máquina do Ministério Público da União para a região Norte do nosso país onde há uma carência de estado e um excesso de criminalidade. Esse deslocamento transformará as coisas em uma região carente de

Justiça.

Nesse contexto, a regulamentação da Polícia Institucional do MPU não regulamentará apenas mais um poder de polícia, ela regulamentará a proteção de Procuradores e Procuradoras da República na importante missão de combater a criminalidade na região, de defender o nosso meio ambiente, de proteger nossos povos originários... valores que estão sendo vilipendiados descaradamente.

Ela trará a tranquilidade necessária para que Procuradores e Procuradoras do Trabalho combatam com efetividade o trabalho escravo em nosso país.

É um trabalho importantíssimo exercido pelos Membros Ministério Público do Trabalho: homens, mulheres e idosos que trabalham em condições degradantes... crianças, da idade do meu filho, que tem apenas sete anos de idade e que deveriam estar na escola, brincando... e são resgatadas pelos nossos Procuradores e Procuradoras enquanto vivem em situação desumana, trabalhando para comer.

A nossa Polícia contribuirá para que Membros e servidores do MPDFT exerçam seu papel na defesa dos interesses da sociedade: tribunal do Júri, controle externo das polícias, visitas a presídios, audiências de custódia, diligências, operações do GAECCO, visitas psicossociais... é um trabalho difícil, só quem tá na ponta da linha sabe.

Ela também dará o suporte necessário para que Promotores e Promotoras Militares cumpram seu papel constitucional, que com certeza ficou mais temeroso frente o ocorrido no último dia 08/01.

"AQUI NO MPDFT UM COLEGA QUE HOJE É SEU SUBORDINADO AMANHÃ É SEU INSTRUTOR E É RESPEITADO POR TODOS, EXISTE UMA DEFERÊNCIA."

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O ATUAL PGR?

O atual PGR teve a coragem de criar a Polícia Institucional do MPU, isso tem que ser reconhecido. Nossa categoria ansiava há muito por essa criação, já que exercemos de fato estas atribuições e nenhum Procurador havia tomado essa importante decisão. Foi feito por portaria? Sim, mas é o que temos para hoje. Ainda temos um caminho a percorrer. O que nós da AGEMPU queremos é ser ouvidos e participar desse processo, trabalhar na regulamentação da Polícia e melhorias da portaria, já que essa mudança impacta diretamente na vida dos nossos agentes.

VOCÊ ESTÁ LOTADO NO MPDFT. QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO MPDFT?

No âmbito do MPDFT, nós temos um Assessor de Políticas de Segurança e um Secretário de Segurança Institucional que valorizam a nossa carreira, trabalham incansavelmente pela gestão da Segurança Institucional. Fazemos cursos com o que há de melhor na área de segurança: na PMDF temos instrução no BOBE, Choque, Patamo; na PCDF visitamos a DOE; na Polícia Federal fazemos curso no COT; realizamos treinamento no DPOE da Polícia Penal do DF, CBMDF... estamos criando uma Doutrina de Segurança de Autoridades Ministeriais e nos tornamos referência para

os outros ramos do MPU, forças de segurança do DF e de outros Estados que já nos procuram para aprender sobre nossa atuação e treinar conosco. Também contamos com equipamentos e armamentos de primeira linha. Aqui MPDFT, um colega que hoje é seu subordinado amanhã é seu instrutor e é respeitado por todos, existe uma deferência. Tudo isso fruto da atuação dos nossos gestores que buscam encaixar cada profissional dentro da sua característica pessoal, fazendo com que cada um dê o melhor de si em favor do todo. Queremos que todos os agentes do MPU sejam nivelados por cima, tendo à sua disposição o material e nível de conhecimento que temos no MPDFT. Queremos levar esse trabalho pra todos, fazer esse meio de campo. A AGEMPU é de luta, mas também é de união.

O TAF, QUAL SUA OPINIÃO?

Eu sou contra o TAF - teste de aptidão física. Sou a favor do TAF - treinamento de aptidão física, algo educador, importante e que deve ser feito regularmente, assim como ocorre com os treinamentos de armamento e tiro. Estão fazendo um terrorismo enorme em relação ao TAF, ameaçando tirar a GAS (uma conquista histórica e justa da categoria) de quem não conseguir ultrapassar índices absurdos. Tornaram o TAF uma coisa punitiva. É perigoso atrelar uma coisa dessas ao lado financeiro. Estamos tratando de pessoas, pais de família. Homens que passaram a sua vida profissional realizando um trabalho de excelência, que nos ensinaram a trabalhar assim que chegamos na casa, que não possuem nada que desabone a suas condutas ao longo dos anos de serviço. Homens que deveriam ser respeitados por seu tempo de serviço e experiência de vida e que agora, na coroação da nossa carreira, correm o risco de não se tornarem Policiais Institucionais por não fazerem um número mínimo de flexões e abdominais, exercícios que nunca lhes foram cobrados. Daqui a uns anos serei eu.

“A AGEMPU É DE LUTA, MAS TAMBÉM É DE UNIÃO.”

COMO PODEMOS AUMENTAR O NÚMERO DE AGENTES FEMININAS NO QUADRO DO MPU?

Nós temos uma grande dívida para com as mulheres. Metade ou até mais da metade do efetivo de membros no MPU, de servidores e colaboradores são mulheres. Especificamente na área da segurança institucional faltam agentes femininas para cuidar do nosso maior patrimônio. Faz-se necessário colocar uma cota mínima para o gênero feminino no nosso concurso. Também já não vejo a necessidade da cobrança da carteira de habilitação categoria D, isso vai ajudar para que tenhamos mais mulheres na nossa segurança. No MPDFT nós temos agentes femininas que são respeitadas e estão na nossa linha de frente, fazendo um trabalho de excelência. Precisamos de mais mulheres.

COMO PODERÍAMOS MELHORAR O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DOS AGENTES?

Nós precisamos nos unir, abrir mão das vaidades. MPF, MPT, MPM e MPDFT compõem o mesmo órgão, o MPU. Ninguém constrói uma categoria sozinho. Nos últimos anos foi realizado o CSAM - Curso de Segurança de Autoridades Ministeriais, com carga horária de 225 horas, no âmbito do MPDFT. O curso teve como alunos Agentes

de outros ramos do MPU, Policiais Militares do DF e GO, Policiais Penais, Controladoria do DF, Agentes do GAECCO/ MPGO. Na grade curricular matérias que vão desde a doutrina de segurança de autoridades até exercícios práticos. Por que não incorporá-lo ao currículo dos Policiais institucionais de todo o MPU?

DIREITOS HUMANOS É NECESSÁRIO NO CURRÍCULO?

A disciplina de direitos humanos tem que ser ministrada ainda nas escolas, é uma matéria que a gente leva pra vida. Para um policial então torna-se indispensável.

QUAL A RELAÇÃO DA AGEMPU COM OS SINDICATOS QUE ATUAM NO MPU?

A AGEMPU é referência para outros sindicatos e associações de servidores. Nós lutamos tanto por nossos servidores que acabamos levando nosso trabalho para outras associações. Se você procurar vai ver sempre um Agente envolvido. Talvez a essência do nosso trabalho acabe impactando nisso. Nós lutamos por todos.

DEVE-SE MANTER A PARIDADE E SIMETRIA COM AGENTES DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO?

Essa paridade é importante por que isso já existe nas demais carreiras. Existe uma simetria de salários e atribuições. No nosso caso específico fazemos um trabalho em conjunto com a Polícia Judicial, estamos sempre nas casas um dos outros e protegendo as mesmas pessoas. Nosso porte de arma advém de uma legislação conjunta entre o CNJ e CNMP e por isso é importante que seja reapresentada a proposta da nossa polícia no CNMP para que seja criada por resolução, nos termos da resolução 344 do CNJ.

É NECESSÁRIO MAIS CONCURSO? PORQUÊ?

Precisamos resolver essa questão o mais rápido possível até para que façamos novo concurso, agora para Polícia Institucional do MPU. O último concurso foi em 2015 e a falta de policiais já está impactando na segurança. Além de apoio à área fim, atuamos na segurança orgânica, segurança de instalações, rondas no perímetro dos prédios do MPU, na segurança dos nossos servidores e colaboradores.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA AGEMPU PARA A CATEGORIA?

Eu sou suspeito de falar, sou apaixonado pela nossa associação e sempre que pude fiz parte da diretoria. Fui nomeado em 2007, e antes mesmo de tomar posse me filiei à ASSTTRA-MP (Associação dos Servidores, Seguranças e Técnicos de Transporte do Ministério Público), primeira nomenclatura da nossa associação. Fui nomeado para o MPM, no Amazonas, e dois dias antes de viajar fui até a PGR e assinei minha ficha de filiação. A ASSTTRA funcionava no fundo do armário do Agente Rômulo, no meio dos seus ternos. Apesar de nossa sede ser dentro de um armário de ferro, já fazíamos um grande barulho. Foi na gestão do Rômulo Antunes que conquistamos a sonhada, merecida e invejada GAS (Gratificação de Atividade de Segurança). Anos depois, já na gestão do Pedro Sobrinho, conseguimos a nossa unificação. Foi uma luta árdua, lembro exatamente onde estava naquele dia. Acompanhava os votos dos conselheiros do CNMP de olho no WhatsApp, vibrando com cada voto a nosso favor. Parecia que estava torcendo pro Flamengo, grudado no radinho de pilha que fica em cima da geladeira de casa. Presente em todos os momentos estava o Laércio Bernardes, cara de mal, mas com um coração gigante, capaz de brigar por cada um dos nossos agentes espalhados por todo o Brasil. Gostaria de um dia escrever a história da nossa associação, história que se confunde com a vida desses guerreiros. Entrevistá-los, saber sobre os bastidores dessas conquistas, contar sobre nossas lutas, comemorações, inúmeras brigas (risos)... é muito tempo junto. **"Essa é a nossa valorosa ASSTTRA"**, dizia o Dr. Gurgel.

WESLEY RESENDE: "UM GRANDE LÍDER NÃO MENOSPREZA SUA TROPA."

WESLEY PEREIRA RESENDE
Idade: 48 anos
Cargo e data de posse no MPU:
Agente de Segurança Institucional - 10/01/1995
Cargo e data de posse na Agempu:
Coordenador-Geral - 28/09/2022.

QUAL SUA PERSPECTIVA EM RELAÇÃO A POLÍCIA DO MPU?

A efetiva implantação da Polícia Institucional é um passo de extrema importância para o fortalecimento do Ministério Público (MP), uma vez que a atuação de uma polícia própria resultará em resposta imediata para as demandas que até pouco tempo dependiam do auxílio de outras instituições, autonomia institucional e maior controle de informações sensíveis. Desse modo, entendo que após a real implantação, normatização, capacitação efetiva, descentralização da atuação policial para os Estados nossos policiais auxiliarão sobremaneira na atividade finalística sendo a Polícia do MPU reconhecida pela Instituição e sociedade, assim como nossas coirmãs Polícia Judicial e Polícia Legislativa.

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O ATUAL PGR?

Embora o atual PGR tenha tomado medidas importantes para o fortalecimento da Segurança Institucional, a falta de diálogo com a Associação e Sindicato, que representam os agentes que atuam na linha de frente nas questões de segurança institucional e inteligência, têm gerado ruídos e dificuldades mútuas. A abertura de um canal permanente de comunicação poderia trazer benefícios

para a atividade segurança institucional.

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE OS ATUAIS GESTORES DA SEGURANÇA?

Decepção. Quando foi anunciada a saída dos Policiais Militares de cargos de gestão na Secretaria da Segurança Institucional (SSin), e que essas atividades finalmente seriam desenvolvidas por servidores da casa, nossa expectativa era de que houvesse uma valorização de todo o corpo de agentes, que ações de capacitação e treinamento, formação de instrutores e participação em missões fosse descentralizada, pautadas nos princípios da impessoalidade, economicidade e eficiência. Além disso, decisões importantes no que se refere a segurança institucional tem sido tomadas por servidores de outras áreas e "extra-quadro".

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O TAF?

A impressão que se tem que é que o real propósito do TAF foi desvirtuado. A meu ver deveria ter sido implementado como um programa de incentivo a saúde dos agentes, e não como instrumento de punição para aqueles que não se enquadram nos padrões "estéticos" exigidos pela SSIn, padrões esses que se mostram desproporcionais quando comparados com outras instituições. Penso que a administração deve urgentemente repensar os índices e criar um programa de treinamento aos ASIs, sob pena de ocorrer fatalidades num futuro próximo. Importante registrar que a Agempu e o SindMPU contrataram parecer técnico sobre o tema, o qual foi elaborado por Doutores na área e restou claro que o atual TAF definido e imposto pela SSIn é no mínimo desproporcional e sem observância de critérios técnicos e científicos, sem falar que é em média 40% majorado em relação ao teste aplicado aos colegas policiais judiciais e acima dos índices estabelecidos para ingresso no Grupo de Operações. Desse modo, espero ansioso que os atuais ou os próximos gestores revejam os índices, com base no princípio da similaridade com a polícia judicial. Por fim, esclareço que a AGEMPU não é contrária ao TAF e sim aos índices e a forma arbitrária e centralizadora de atuação da SSIn sobre esse e outros temas relacionados a segurança da instituição.

NA SUA VISÃO QUAIS AS MEDIDAS QUE A ADMINISTRAÇÃO PODE ADOTAR PARA AUMENTAR O NÚMERO DE AGENTES FEMININAS NO QUADRO DO MPU?

Abertura de concurso público com reserva de vagas para mulheres e alteração da obrigatoriedade da carteira D para B, conforme já ocorre no âmbito da Justiça Federal.

VOCÊ ENTENDE QUE A MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS É NECESSÁRIA NO CURRÍCULO DO MPU?

Em todas as reuniões a AGEMPU defende essa bandeira junto as autoridades. Sabemos que a educação humana e humanizada é essencial para a formação do cidadão e transformação da sociedade e o MP deve garantir a dignidade e a integridade da pessoa, especialmente frente ao Estado e suas estruturas de poder.

QUAL A RELAÇÃO DA AGEMPU COM OS SINDICATOS QUE ATUAM NO MPU?

Diálogo constante para somar forças e defender os interesses individuais e coletivos de todos os servidores do MPU.

VOCÊ DEFENDE A PARIDADE E SIMETRIA ENTRE POLÍCIA JUDICIAL E POLÍCIA DO MPU?

A Constituição de 1988 estabeleceu a simetria dos regimes jurídicos das carreiras da Magistratura e do MP, logo, guardadas as proporções, as carreiras de servidores do Judiciário e MP, historicamente, estabeleceram tratamento simétrico no que cabe. Infelizmente, especificamente, quanto ao TAF a atual administração de forma unilateral implementou um teste injusto aos servidores do MPU. No caso em tela, considerando o reconhecimento e profissionalização dos policiais judiciais, urge a necessidade de que a Polícia do MPU guarde, sempre que possível, simetria e similaridade com a Polícia Judicial.

É NECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA O CARGO DE ASI? POR QUÊ?

Sim, o mais breve possível. O último concurso com vagas para agentes foi realizado no ano de 2015 e devido aos diversos pedidos de aposentadorias, demissões e exonerações, há sobrecarrega de serviços para os agentes que estão na ativa.

A AGEMPU DEVERIA TER UMA SEDE ADMINISTRATIVA DENTRO DA PGR A EXEMPLO DA ANPR? PORQUÊ?

Sim. São duas associações que defendem os interesses dos seus pares e que buscam diálogo com a administração a fim de resolver questões importantes tanto para os servidores como para os membros.

QUAL IMPORTÂNCIA DA AGEMPU PARA A CATEGORIA?

Luta e defesa de pautas individuais e coletivas dos associados, bem como é um instrumento para propor soluções para problemas enfrentados pelos agentes de segurança no exercício de suas funções institucionais.

É NECESSÁRIO REAPRESENTAR PROPOSTA DE POLÍCIA NO CNMP? PORQUÊ?

Entendo que sim, para que haja garantia jurídica aos agentes que desempenham suas diversas atribuições previstas em portaria.

É NECESSÁRIO PROPOSTA E APROVAÇÃO DE LEI DA POLÍCIA DO MPU? PORQUÊ?

Sim, para garantir legitimidade e segurança jurídica aos policiais do MPU no exercício de suas atividades institucionais.

A CONJUNTURA POLÍTICA IMPACTA A VIDA FUNCIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA?

Não tenho dúvidas, o momento é de incertezas, frustração, apreensão, porém a AGEMPU em parceria co SindMPU não desistirão da luta e defesa dos agentes de segurança do MPU.

QUAL A PERSPECTIVA SOBRE EVOLUÇÃO DO CARGO NOS PRÓXIMOS ANOS?

Acredito que a nova gestão nos proporcionará união e diálogo para construirmos melhorias para o cargo.

PARA REFLEXÃO: Se possível, elogie em público e corrija, objetivamente, em particular. Um grande líder não menospreza sua tropa, orienta e dá feedback consciente, sem ofender e nem humilhar o comandado. Em tempo, se as palavras de comando não forem claras nem distintas, se o "comandante" não agir de forma imparcial e justa perante seus pares e se suas ordens não forem totalmente compreendidas, então a culpa de eventual falha na missão é do "comandante".

Observação: reflexão adaptada de grandes pensadores.

LAERCIO BERNARDES: "PERSPECTIVA DE MUITA MOBILIZAÇÃO E LUTA."

Sou Laercio Bernardes dos Reis e tenho 48 anos de idade. Agente de Segurança Institucional. Tomei posse em 02 de março de 1994 na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região em São Paulo. Vindo por permuta para a Procuradoria Geral da República no Distrito Federal em 16 de maio de 2005. Fundador da ASSTTRA-MP atual AGEMPU, junto com os companheiros Rômulo Mateus e Gisleno Faria, no dia 13 de dezembro de 2005. Atualmente Coordenador-Geral da AGEMPU.

QUAL SUA PERSPECTIVA EM RELAÇÃO A POLÍCIA DO MPU?

Atualmente de dúvidas e incertezas. Mas otimista quanto a mobilização da categoria na luta pela valorização e fortalecimento do cargo. Seguindo deliberação das instâncias da categoria, que aprovou no 2º Encontro Nacional dos Agentes de Segurança Institucional do MPU e CNMP, nos dia 26 e 27 de outubro de 2019 a resolução em prol da Polícia Institucional do MPU. A Agempu com apoio de aproximadamente 30 entidades representativas de classe, protocolou no CNMP pedido de providencias, no dia 12 de fevereiro de 2021.

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O ATUAL PGR?

De independência, atualmente o PGR não tem recebido as entidades representativas de classe do MPU, para dialogar de forma democrática as demandas e reivindicações da categoria.

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE OS ATUAIS GESTORES DA SEGURANÇA?

São autoritários e anti-democráticos no tocante ao ramo do MPF. Não dialogam e nem debatem com a categoria questões que afetam o dia-a-dia do trabalho. Falam de um tal "perfil pro cargo" de uma tal "cultura de segurança" que nem mesmo eles sabem o que isto significa. Para ampla maioria dos agentes no Brasil parece mais uma "higienização estética" que visa beneficiar poucos.

O TAF, QUAL SUA OPINIÃO?

Inoportuno e inconsequente. Totalmente descabido sua forma de implementação. Não foi discutido em nenhuma instância administrativa do MPF com a Agempu e nem com nenhuma das entidades representativas de classe que atuam no MPU.

COMO PODEMOS AUMENTAR O NÚMERO DE AGENTES FEMININAS NO QUADRO DO MPU ?

Alterando a categoria de D para B da CNH. Seria uma forma de aumentar as possibilidades de agentes femininas. Outra, seria determinar cotas no concurso público.

COMO PODERÍAMOS MELHORAR O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DOS AGENTES?

Com a implementação da Doutrina de Direitos Humanos no currículo. A doutrina dos direitos humanos estabelece que eles constituem um complexo de direitos básicos de todo e qualquer ser humano. Os direitos humanos em espécie podem ser divididos em algumas categorias, como os direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, e direitos difusos e coletivos.

DIREITOS HUMANOS É NECESSÁRIO NO CURRÍCULO?

Essencial. Os direitos humanos regem

o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles. A lei dos direitos humanos obriga os governos a fazer algumas coisas e os impede de fazer outras.

QUAL A RELAÇÃO DA AGEMPU COM OS SINDICATOS QUE ATUAM NO MPU?

Boa e cordial. Hoje diria que existe maior interação e participação. Mas claro que podemos avançar mais em parcerias e projetos de médio e longo prazo.

DEVE SE MANTER A PARIDADE E SIMETRIA COM AGENTES DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO?

Com certeza. Na minha visão é clausula pétrea. Da mesma forma que juízes e procuradores que tem carreiras espelhadas em direitos e deveres. Vale também pros policiais judiciais e policiais ministeriais. Onde atribuições do cargo são mais de 90% idênticas entre ambas.

É NECESSÁRIO MAIS CONCURSOS? PORQUÊ?

Urgente e necessário, devido as mortes, aposentadorias e exonerações. Desde 2015 não acontecem concursos públicos no nosso segmento (segurança institucional). Últimas administrações do MPF optaram pela não realização de concurso público enfraquecendo a carreira e causando a precarização de nossas atividades.

AGEMPU DEVERIA TER UMA SEDE ADMINISTRATIVA DENTRO DA PGR A EXEMPLO DA ANPR? PORQUÊ?

Sim. Garantia de isonomia com entidade representativa patronal. Outro absurdo perpetrado pelos atuais "gestores" que despejaram nossa entidade representativa classe dos servidores do prédio da PGR de forma covarde e casuística e não tiveram "coragem" ou "atitude" semelhante com a entidade representativa patronal ANPR.

O que demonstra conduta antissindical, autoritária e prepotente, por parte dos pseudogestores.

QUAL IMPORTÂNCIA DA AGEMPU PARA A CATEGORIA?

Defesa de direitos, reivindicações e interesses coletivo da categoria. As entidades representativas de classe, têm como papel fundamental representar os profissionais, auxiliar na busca do crescimento profissional e defender seus direitos. Dentre outras funções está a promoção da valorização profissional, e defesa dos princípios éticos. O principal papel das entidades de classe é defender os interesses e direitos de seus trabalhadores e da sociedade. Dessa forma, a entidade tem o dever de integrar os profissionais associados e ampará-los nas reivindicações a que têm direito.

É NECESSÁRIO REAPRESENTAR PROPOSTA DE POLÍCIA NO CNMP? PORQUÊ?

Sim. Devido a segurança jurídica. A segurança jurídica é muito importante para a sociedade por dar ao indivíduo um melhor entendimento de seus direitos e deveres, das consequências de suas ações e omissões e de como a sociedade é organizada e regida. Uma portaria pode ser revogada a qualquer tempo, é muita frágil no ordenamento jurídico. Com a mudança que se aproxima em setembro/2023 com a troca de PGR, o novo (a) nomeado (a) pode revogar a mesma.

É NECESSÁRIO PROPOSTA DE POLÍCIA EM LEI? PORQUÊ?

Sim. Para dá legitimação às nossas atividades laborais. Ser cidadão é, também, conhecer nossos direitos e cumprir nossos deveres. Para isso, as leis podem ajudar muito! Elas são as "regras do jogo" e existem para garantir que a democracia e os direitos de todos sejam respeitados. Ao obedecer às leis, contribuímos para um mundo mais justo para todos. Estando previsto em Lei se normatiza e regulariza nossas atividades cotidianas.

A CONJUNTURA POLÍTICA IMPACTA VIDA FUNCIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA?

Sim, tudo é política! Análise de Conjuntura é um instrumento metodológico da Ciência Política, que serve para interpretar os eventos, os quais surgem da ação dos atores em específicos contextos. Os contextos não são estanques, são dinâmicos em virtude dos eventos que surgem, findam ou se reproduzem. Não vivemos em uma ilha, mas sim inseridos em uma sociedade complexa e cheia de desigualdades sociais.

QUAL PERSPECTIVA SOBRE EVOLUÇÃO DO CARGO NOS PRÓXIMOS ANOS?

Perspectiva de muita mobilização e luta. Quando se pensa mobilização, uma das primeiras coisas que se vêm em mente são manifestações de rua. Porém, o ato de se mobilizar socialmente não é apenas isso. Então o que é manifestação social? Já o de social: algo que diz respeito à sociedade e aos cidadãos que dela fazem parte. Assim, ao se unir o significado dessas duas palavras, percebe-se o fenômeno da mobilização de um grupo de pessoas em busca de algo que diz respeito ao grupo no qual fazem parte. Mobilizações essas que podem ter os mais diferentes objetivos, desde se juntar em busca de direitos básicos da sociedade, como por interesses de grupos específicos, tal qual ocorre em sindicatos, associações e organizações não governamentais. A Agempu parti da união dos agentes de segurança, que mesmo oprimidos e assediados, visavam por uma melhoria do segmento. No setor de trabalho, buscando por qualidade de serviço, respeito e dignidade. A criação de uma entidade que os representasse fez com que suas pautas tivessem um maior alcance, podendo assim influir diretamente no processo decisório de políticas públicas que tragam melhorias para o cargo nos próximos anos.

A Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional do MPU e CNMP (AGEMPU) e o Sindicato Nacional dos Servidores do MPU, CNMP e ESMPU (SindMPU) lançaram no dia 18 de março durante o 4° Encontro Nacional dos Agentes de Segurança Institucional, o Prêmio SECURITAS.

A premiação atende a objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico do cargo e busca estimular e reconhecer as melhores iniciativas em boas práticas voltadas à segurança nas Instituições. Poderão participar integrantes efetivos do cargo no âmbito do MPU, CNMP e ESMPU e será dividida nas seguintes categorias:

I. Gestão e Desenvolvimento Institucional
- Gestão
- Formação profissional
- Inovação em atuação

II. Processos de Comunicação

III. Cultura Organizacional

As inscrições ocorrerão no período de 01.04 a 30.06.2023 por meio do formulário disponível nos portais da AGEMPU e do SINDMPU e as premiações ocorrerão durante o 5° Encontro Nacional.

Acesse pelo site da AGEMPU e do SindMPU.

Esclarecimentos e questionamentos acerca do edital podem ser obtidos no e-mail: agempu@agempu.org.br.

NO QUE CONSISTE A AÇÃO DOS 13, 23%?

Sobre o objeto em execução da tese dos 13,23%, trata-se de direito aos passivos (retroativos), pois por força da Lei 13.316/2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do MPU e as carreiras dos servidores do CNMP, os efeitos da tese foram absorvidos a partir da implementação dos novos valores de remuneração instituídos por esse novo Plano de Cargos.

TODOS OS SERVIDORES DO MPU TEM DIREITO AOS 13,23%?

Tem direito a execução dos 13,23% os servidores que eram dos quadros do MPU ou Judiciário no período de 2003 a 2018.

A AÇÃO SE REFERE A QUAIS ANOS DE TRABALHO?

No período de 2003 a 2018.

EM QUE ETAPA ESTÁ A AÇÃO?

A ação transitou em julgado e, após, foi alvo de ação rescisória buscando desconstituir a coisa julgada formada. Mas, essa rescisória foi rejeitada pelo Tribunal. Dentro desse contexto, a Administração pública não satisfeita, interpôs Recurso Especial e Extraordinário na tentativa de reformar a decisão que inadmitiu a ação rescisória, porém, após a interposição dos recursos, não sobreveio concessão de efeito suspensivo as execuções. Nesse momento, há possibilidade de realizar as execuções individuais daqueles servidores que optarem por dar prosseguimento a execução individual antes do julgamento dos recursos interpostos pela União. Porém, importa salientar que, nesse caso, os Associados poderão, caso os recursos sejam providos, serem condenados ao pagamento de honorários sucumbenciais.

A ASSOCIAÇÃO VAI PEDIR A EXECUÇÃO APENAS PARA QUEM É ASSOCIADO?

Sim, é necessário se associar à AGEMPU e, após, a Associação diligenciará junto ao MPF na busca de seus cálculos e, em seguida, enviará o material ao contador e lhe informará os seus valores.